

**SP Leituras – Associação Paulista de
Bibliotecas e Leitura**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente**

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	11

Relatório do auditor independente

Aos:

Administradores da

SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quando aos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Associação contabilizou em abril de 2011, no ativo imobilizado e intangível, em contrapartida ao passivo não circulante, Obrigações com o Estado, o valor de certos ativos transferidos da Biblioteca de São Paulo, anteriormente administrados por outra organização social, que em 31 de dezembro de 2016, representam R\$ 5.374 mil, líquidos da depreciação e amortização. Contudo, a Secretaria do Estado da Cultura não emitiu o Termo de Permissão de Uso com a relação analítica desses bens e respectivos valores, bem como não realizou o inventário físico em conjunto com a Administração da SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura. Consequentemente, não foi possível satisfazer-nos quanto aos montantes registrados na rubrica de imobilizado e intangível no ativo não circulante nos montantes de R\$ 5.374 mil e R\$ 38 mil, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leituras são providos, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São Paulo, sendo que essas atividades são medidas por metas e indicadores de desempenho atrelados ao Contrato de Gestão. Nesse sentido, a Associação depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pelo Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leituras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, que emitimos nosso relatório em 07 de março de 2016, contendo ressalva semelhante a mencionada no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis” e parágrafo de ênfase semelhante ao mencionado acima.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.055	38
Contas a receber	2 (i)	-	1.535
Outros créditos	6	48	58
Despesas antecipadas	-	499	26
Total do ativo circulante		<u>2.602</u>	<u>1.657</u>
Ativo não circulante			
Outros créditos	6	117	117
Imobilizado	7	5.374	6.974
Intangível	7	38	37
Total do ativo não circulante		<u>5.529</u>	<u>7.128</u>
Total do Ativo		<u><u>8.131</u></u>	<u><u>8.785</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2016	2015
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	8	1.068	389
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	9	878	1.331
Obrigações tributárias	10	31	31
Projetos a executar - Contrato de Gestão	11	736	12
Total do passivo circulante		2.713	1.763
Passivo não circulante			
Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível	12	5.412	7.011
Total do passivo não circulante		5.412	7.011
Patrimônio líquido	13		
Superavit / Deficit acumulado		11	(4)
Superavit / Deficit do exercício		(5)	15
		6	11
Total do passivo e patrimônio líquido		8.131	8.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atividades culturais			
Receitas com restrições			
Recursos governamentais – Contrato de Gestão		15.663	17.989
Doações		806	617
Locação de espaços		17	122
Financeiras		255	391
Outras		58	28
Total das receitas com restrições		<u>16.799</u>	<u>19.147</u>
Despesas com restrições			
Salários, encargos e benefícios	14	(8.798)	(10.597)
Serviços prestados por terceiros	15	(2.433)	(2.812)
Água, luz e telefone		(508)	(476)
Gerais e administrativas	16	(1.453)	(1.284)
Manutenção e conservação	17	(419)	(305)
Programação	18	(1.453)	(2.108)
Acervo bibliográfico		(144)	(120)
Impostos, taxas e contribuições		(18)	(15)
Financeiras		(102)	(138)
Depreciação e amortização		(1.471)	(1.292)
Total das despesas com restrições		<u>(16.799)</u>	<u>(19.147)</u>
Resultado das atividades culturais		<u>-</u>	<u>-</u>
Receitas operacionais não vinculadas			
Doações		-	15
Prestação de serviço		-	5
Gratuidades - Voluntários		8	-
Financeiras		1	-
Total das receitas não vinculadas		<u>9</u>	<u>20</u>
Despesas operacionais não vinculadas			
Viagens e estadias		-	(1)
Gerais e administrativas		(5)	(1)
Gratuidades - Voluntários		(8)	-
Impostos, taxas e contribuições		(1)	(3)
Total das despesas não vinculadas		<u>(14)</u>	<u>(5)</u>
Resultado operacional		<u>(5)</u>	<u>15</u>
Déficit/ Superávit do exercício		<u>(5)</u>	<u>15</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Superávit / Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4)	(4)
Superávit do exercício	15	15
Saldo em 31 de dezembro de 2015	----- 11	----- 11
Déficit do exercício	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	----- <u>6</u>	----- <u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit/Superávit do exercício		(5)	15
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	7	1.471	1.292
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento)/ redução nos ativos em			
Contas a receber		1.535	(1.535)
Outros créditos		10	449
Despesas antecipadas		(473)	(20)
Aumento/ (redução) nos passivos em			
Fornecedores e outras contas a pagar		679	(595)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		(453)	519
Obrigações tributárias		-	(11)
Projetos a executar - Contrato de Gestão		724	(2.857)
Outras obrigações		-	-
Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível		(1.599)	(344)
Fluxo de caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais		1.889	(3.087)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(64)	(948)
Baixa de Imobilizado		192	
Fluxo de caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento		128	(948)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		2.017	(4.035)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		38	4.073
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.055	38
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		2.017	(4.035)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura (“Associação”) é uma Associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 23 de junho de 2010, e tem objetivos de natureza sociocultural e literária, consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira para gerenciar equipamentos culturais, desenvolver programas, projetos, ações de incentivo, disseminação da leitura e literatura, ampliação, formação do público leitor, fomento e manutenção de espaços de leitura, de acordo com o artigo 2º, I, “a”, da Lei Complementar 846/98. O endereço da Associação é Rua Faustolo, 576 – Água Branca, São Paulo – SP.

Atualmente, de acordo com o Contrato de Gestão firmado em 2011 com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, a Associação é responsável pela gestão dos seguintes equipamentos, projetos e programas públicos:

- **Biblioteca de São Paulo (BSP)** – inaugurada em 8 de fevereiro de 2010, faz parte do conjunto de iniciativas da Secretaria de Estado da Cultura para incentivar e promover o gosto pela leitura. Situada na zona norte da capital, em uma área de 4.257 metros quadrados, sua estrutura foi planejada para oferecer conforto, autonomia e atenção ao público: crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Diferentemente das outras bibliotecas, a BSP disponibiliza a literatura ao lado de outras mídias concorrentes, como internet, televisão e jogos eletrônicos, e oferece aos seus usuários microcomputadores, rede *wireless*, equipamentos especiais para deficientes visuais, além de uma agenda ininterrupta de atividades culturais como exposições de pequeno porte, palestras, cursos, saraus e contação de histórias;
- **Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL)** – A Biblioteca Parque Villa-Lobos é um lugar singular. Além de oferecer livros para empréstimo e ambientes para estudo, como toda biblioteca, a BVL é também uma experiência diferente em leitura, lazer, aprendizado e diversão.

Ambas as bibliotecas deverão contar com ampla programação cultural contribuindo para o repertório de seus frequentadores, sempre tendo como foco principal a construção autônoma do conhecimento, o incentivo à leitura – em especial a leitura literária - e a disponibilidade como um espaço para conexões entre diferentes comunidades culturais.

Objetivos das Bibliotecas:

- Acolher o público para oferecer uma experiência cultural livre, rica e diversificada;
- Atender a comunidade buscando sempre a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Promover agenda com atividades culturais diversificadas para atender todos os públicos da biblioteca;
- Atualizar e desenvolver as coleções da biblioteca;
- Manter atualizado o parque tecnológico;
- Conservar e preservar a edificação;
- Realizar diálogos com os Parques onde as bibliotecas estão inseridas.

Durante os 6 anos de existência da BSP, ela tem sido considerada uma referência nacional de promoção e incentivo à leitura e tem recebido visitas de profissionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, professores universitários, gestores da área cultural, prefeitos municipais, secretários estaduais de cultura e educação de diversos Estados da Federação que desejam conhecer o projeto e adaptá-lo às suas realidades. A BSP tem dado continuidade aos programas permanentes, que são readequados em função do público alvo, possibilitando a fidelização de seus diferentes públicos, e sempre mantendo um canal de comunicação e de avaliação com a comunidade. Da mesma forma, a BVL tem conseguido dar continuidade nos programas existentes na BSP. Tais programas, em função das avaliações permanentes, e sempre em acordo com a Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura, poderão ser mudados, adaptando-os à realidade da comunidade frequentadora da biblioteca.

Desde o ano de 2012 tem sido realizado o procedimento de avaliação dos serviços prestados com o concurso das equipes juntamente com uma consultoria especializada a partir da qual se aprimoram os instrumentos utilizados pelas Bibliotecas e Programas. O processo avaliativo, desde então, progrediu em toda a instituição no sentido de incluir, além do monitoramento de satisfação dos usuários e avaliações qualitativas. Os resultados apresentados pela avaliação de terceira parte norteiam metas a serem alcançadas no ano de 2017, bem como integraram o planejamento estratégico das bibliotecas e da Organização Social como um todo.

Outra característica importante da BSP e da BVL é que elas servem como cabeça de rede Sistema Estadual (SisEB), e, portanto, têm a responsabilidade de servir como campo de experimentação e modelagem de práticas, serviços e programas, e de disseminar estas práticas para a rede.

Programa Prazeres da Leitura (Praler) - também se iniciou fora do âmbito da UDBL e da gestão da SP Leituras. Foi incorporado e passou a convergir com as ações do plano de trabalho, sofrendo adaptações no decorrer das ações executadas. A avaliação anual deste programa mostrou que o mesmo tinha o potencial de fomentar instituições sociais e culturais a incorporarem a promoção de leitura entre suas ações e ferramentas. Desta forma, a principal adaptação que o programa sofreu ao longo do tempo foi passar a incorporar, à ação finalística de estímulo à leitura, uma missão acessória de levar um “saber fazer” a instituições parceiras com atuação na promoção social e/ou cultural. O programa contempla albergues, clínicas, casas de repouso, presídios, instituições de promoção de jovens e crianças, etc. e pretende, além de intervir diretamente junto ao público destas instituições, deixar nestas ferramentas para a incorporação da promoção da leitura em suas ações de promoção social. O programa tem ainda como meta acessória, funcionar como campo de experimentação de ações sociais de promoção de leitura cujas práticas possam ser disseminadas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SisEB, de forma a estimular

bibliotecas a envolverem-se com instituições parceiras no campo social e cultural, para promover leitura e cidadania.

Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SisEB) – programa que tem por objetivo promover (1) ações de capacitação dos profissionais das bibliotecas públicas integrantes do Sistema, através de oficinas, cursos, eventos, textos e outras informações relacionadas ao universo das bibliotecas e do incentivo à leitura, (2) ações de apoio ao desenvolvimento de coleções dessas bibliotecas através de coletas e doações de acervo bibliográfico, e (3) a realização do Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas – Biblioteca Viva, programação que inclui palestras, debates e painéis sobre temas que impactam diretamente a relação das bibliotecas e salas de leitura com as comunidades locais;

Programa Viagem Literária – O programa Viagem Literária, em seu início, ocorria como programa de difusão de leitura desvinculado das ações municipais de promoção de leitura e biblioteca. A partir de sua integração às ações geridas pela SP Leituras para a Unidade de Bibliotecas e Leitura da Secretaria, o programa passou a convergir com as demais ações das Bibliotecas e do SisEB. Dentro desta ótica, o programa passou a incorporar como parceiro obrigatório a biblioteca local, apoiando-a em seu *advocacy* junto aos dirigentes locais. De fato, o programa é um sucesso nas cidades que dele participam, por atrair as atenções do público e da imprensa local, e tem o potencial de ajudar a biblioteca a promover-se junto ao público e aos dirigentes. Serve ainda como inspiração e reforço para que as bibliotecas locais desenvolvam sua programação cultural. São, portanto, objetivos do projeto, além da difusão da literatura e da leitura, a promoção da biblioteca pública e o estímulo à mesma no desenvolvimento de suas ações. Desta forma, o projeto prevê uma ação de preparação das bibliotecas que sirva, ao mesmo tempo, para o planejamento da execução do projeto propriamente dito, mas também para a reflexão sobre a programação cultural a ser desenvolvida pela biblioteca participante. A seleção de cidades participantes deve seguir critérios de participação de atividades do SisEB e preenchimento de requisitos mínimos de ações de biblioteca, verificados por meio do banco de dados “bibliotecas paulistas”, e pressupõe um compromisso de cooperação e de atuação das bibliotecas. A extensão do projeto, seja em número de cidades participantes, seja em módulos, está prevista como meta condicionada à obtenção de recursos do Estado ou por meio de captação de recursos privados.

Prêmio São Paulo de Literatura

Criado em 2008, é reconhecido como umas das mais importantes premiações do país, além de promover a literatura nacional, pretende instigar a curiosidade da população, atraindo-a para a leitura. Tem entre seus objetivos estimular a produção e a divulgação literária brasileira, destacar os novos escritores, contribuir na qualificação da produção literária nacional, e promover a aproximação e interação dos escritores finalistas com o público;

O Prêmio São Paulo de Literatura, absorvido pela gestão da UDBL e da SP Leituras, também contribui para a estratégia geral. Sua principal missão é promover a literatura nacional, estimulando a ponta da criação com um Prêmio de valor significativo que incentive o autor a prosseguir em sua atividade criativa. Também é sua missão atrair para a literatura brasileira os olhos do público geral. Como um Prêmio promovido em consonância com um programa de estímulo à leitura e à biblioteca, o Prêmio tem como características diferenciais: além do alto valor, a formação de júri amplo que represente os principais elos ações de promoção da leitura e literatura e de formação de novos leitores em locais que não são especificamente destinados a esse fim como asilos, hospitais, unidades prisionais, casas de saúde, abrigos, albergues, entidades de assistência social, entre outros. A execução do programa envolve a doação de cerca de 100 livros selecionados especialmente para o público-alvo. Durante cinco semanas, um profissional especializado realiza intervenções de mediação de leitura, contação de histórias, oficinas de escrita e ilustração, entre outras. O treinamento de colaboradores da instituição e permanência do acervo asseguram sua continuidade

e resultados residuais significativos, que podem ser disseminados através do SisEB, da Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Parque Villa-Lobos ou de outras instituições que tenham como objetivo ou meio de promoção social o estímulo à leitura.

2. Contrato de Gestão

Em 1º de abril de 2011, a Associação firmou com o Governo do Estado de São Paulo o Contrato de Gestão nº 02/2011, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, pelo período de 5 anos (2011 a 2016), com valor global de repasses estimado em R\$ 67.405.

Esse Contrato de Gestão tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços para promoção e incentivo à leitura, difusão da literatura e administração da Biblioteca de São Paulo. Essas atividades e serviços, por força do contrato, são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais, que, se não cumpridos, podem gerar penalidades à Entidade.

Em 27 de dezembro de 2011, por meio da assinatura do 1º termo de aditamento, o valor global estimado de repasses passou para R\$ 29.601. Em 11 de julho de 2012, por meio da assinatura do 3º termo de aditamento, o valor global estimado de repasses passou para R\$ 35.467. Em 01 de março de 2013 com o 4º aditamento, o valor global passou para R\$ 37.764. Em 09 de setembro de 2013 com a assinatura do 5º aditamento passou para R\$ 39.231, e em 21 de fevereiro de 2014, com a assinatura do 7º aditamento passou para R\$ 43.931, valor global com término previsto para 2015, em 18 de agosto de 2015, com assinatura do 10º aditamento passou para R\$ 67.405 com término previsto para 31 de março de 2016, e em 03/2016 foi assinado o 11º aditamento alterando o valor global para R\$64.815.

Em 01 de abril de 2016 foi assinado novo Contrato de Gestão 03/2016, com valor global estimado de repasse de R\$85.910, demonstrado conforme fluxo financeiro:

Exercício	Valor Contratual – R\$ mil	
	Previsto	Recebido
2011	6.633	6.000
2012	8.740	6.825
2013	10.124	10.124
2014	20.740	20.740
2015 (i)	16.675	14.788
2016 (ii)	4.493	3.791
2016 (iii)	11.216	11.189
	67.405	64.816

(i) A parcela no valor de R\$ 1.535 referente ao exercício de 2015, foi recebida em 07 de janeiro de 2016, e esta contabilizado no contas a receber da Associação em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Valores referentes ao Contrato de Gestão Nº 02/2011.

(iii) Valores referentes ao Contrato de Gestão Nº 03/2016. A diferença entre o valor previsto e o valor recebido é de 27 mil, o qual foi transferido do antigo Contrato de Gestão Nº 02/2011.

O relatório anual relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o relatório das atividades anuais, foram preparados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura, que emitirá a formalização conclusiva da sua análise.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

3.1. Base de apresentação

Declaração da Administração

As demonstrações contábeis da Associação foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG07, aprovada pela Resolução 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pelo CFC.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Associação em 23 de fevereiro de 2017.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Associação e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado no Contrato de Gestão, mencionado na Nota Explicativa nº 2. Estes recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura são registrados da seguinte forma:

- **recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07;
- **consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão, são reconhecidas as despesas correspondentes em contrapartida ao passivo circulante, e são reconhecidas as receitas de Contrato de Gestão em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar, simultaneamente e pelo mesmo valor;
- **rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos vinculados é reconhecido a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de receita financeira, e auferidos em projetos a executar no passivo circulante ao longo do exercício.

b) Doações

As doações recebidas pela Associação são preponderantemente em materiais bibliográficos (livros) e são registradas na ocasião de seu recebimento em conta de receita. Esses livros são imediatamente distribuídos e contabilizados em despesas por valor semelhante ao de seu acolhimento.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras, e são representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. São apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

d) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação, efetuada no reconhecimento inicial, depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram contratados. Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015.

e) Imobilizado e intangível

Os itens do ativo imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação ou amortização acumulada, baseada no método linear de taxa com relação às vidas úteis estimadas, mencionadas na Nota Explicativa nº7, e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. As vidas úteis são revisadas a cada encerramento de exercício. A Associação reconhece seu ativo imobilizado e intangível vinculados em contrapartida à obrigação não circulante para com o Estado, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12.

f) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Associação revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a Associação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Outros passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Acervo bibliográfico – mudança de prática contábil

A partir do exercício de 2012, a Associação adotou a prática contábil de reconhecimento dos itens referentes ao acervo bibliográfico, adquiridos para a Biblioteca de São Paulo e Biblioteca Pública Villa Lobos, diretamente em despesas, conforme previsto no Artigo 18. da Lei nº 10.753/2003 e na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2011 (válida para 2012), para bibliotecas públicas.

k) Impostos

A Associação é isenta do pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, e do pagamento da COFINS. Todavia, é devida a contribuição de 1% sobre a folha de pagamentos mensal relativa ao PIS.

l) Gerenciamento de risco

A Administração tem como procedimento identificar e analisar periodicamente os riscos enfrentados, e definir as ações a serem tomadas. A Associação apresenta exposição ao risco de liquidez, risco de não cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, caso receba os recursos financeiros vinculados posteriormente à data prevista, parcialmente, ou não os receba por motivo de penalidade ou mudança de diretrizes da Secretaria de Estado da Cultura.

Além da constituição de fundos contratuais, a abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

m) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Associação registrou o montante de R\$8 (R\$10 em 31 de dezembro de 2015) referente a trabalhos voluntários.

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016
As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis da Associação.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Associação. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Associação de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Associação pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor e foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Associação espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

5. Caixa, equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	6	3
Banco do Brasil		
C/C – conta gestora	-	21
C/C – captação de recursos não vinculados	499	3
Total de caixa e banco	505	27
Banco do Brasil –		
CDB DI – conta gestora	714	-
CDB DI – fundo de contingência	757	-
CDB DI – captação de recursos	79	11
Total de aplicações financeiras	1.550	11
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.055	38

As aplicações financeiras são, substancialmente, certificados de depósitos bancários, em condições usuais de mercado na data do balanço, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Esses investimentos referem-se aos recursos recebidos da Secretaria de Estado da Cultura para utilização nos projetos e constituição de fundos conforme o Contrato de Gestão, mencionado na Nota Explicativa nº 2.

6. Outros créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a empregados	45	36
Adiantamento a fornecedores	3	22
Seguro fiança	117	117
Total de outros créditos	165	175
Total circulante	48	58
Total não circulante	117	117
Total geral	165	175

7. Imobilizado e intangível

	Tx.anual depr.	Custo	Deprec. acum.	Líquido 31/12/2016	Líquido 31/12/2015
Imobilizado					
Equipamentos de informática	20%	1.298	(886)	412	541
Instalações	10%	4	(3)	1	2
Máquinas e equipamentos	10%	1.023	(589)	434	503
Móveis e utensílios	10%	3.256	(1.415)	1.841	2.161
Imobilizações em andamento	-	12	-	12	12
Benf. Imóveis de terceiros	20%	4.163	(1.489)	2.674	3.755
Total do imobilizado		9.756	(4.382)	5.374	6.974
Intangível					
Software	20%	257	(221)	36	35
Marcas e patentes	-	2	-	2	2
Total do intangível		260	(222)	38	37
Total imobilizado e intangível		10.016	(4.604)	5.412	7.011

Movimentação do imobilizado e intangível – 2016

	Custo	Depreciação/ Amortização	Residual
Saldo em 31/12/2014	9.315	(1.960)	7.355
Adições	948	(1.292)	(344)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	10.263	(3.252)	7.011
Adições	64	(1.471)	(1.406)
Baixas	(311)	119	(192)
Saldo em 31/12/2016	10.016	(4.604)	5.412

O ativo imobilizado e intangível da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades vinculadas ao Contrato de Gestão.

Em 2011, além das aquisições realizadas no período, foram recebidos em forma de transferência da Secretaria de Estado da Cultura, itens de imobilizado e intangível referentes à Biblioteca de São Paulo, administrada anteriormente por outra Organização Social, os quais foram reconhecidos em contrapartida à conta de obrigações com o Estado, no passivo não circulante.

As adições ocorridas posteriormente foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização dos projetos e para atendimento ao Contrato de Gestão. A Administração da Associação deve comunicar à unidade gestora da Secretaria de Estado da Cultura todas as aquisições de imobilizado e intangível, no prazo de 30 dias após sua ocorrência.

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	569	365
Aluguéis a pagar	-	15
Seguros a pagar	-	9
Outras Contas a pagar	499	-
Total de fornecedores e outras contas a pagar	1.068	389

9. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	31/12/2016	31/12/2015
INSS a recolher	136	277
IRRF sobre salários a recolher	53	46
FGTS a recolher	45	60
PIS sobre salários a recolher	6	8
Provisão de férias e encargos sociais	612	657
Salários, autônomos e pensões a pagar	21	276
Outras obrigações	5	6
Total de obrigações trabalhistas e encargos sociais	878	1.331

10. Obrigações tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF pessoa jurídica a recolher	1	1
PIS/COFINS/CSLL a recolher	24	7
INSS retido na fonte pessoa jurídica a recolher	2	15
ISS retido na fonte pessoa jurídica a recolher	1	5
IRRF aluguéis	3	3
Total de obrigações tributárias	31	31

11. Projetos a executar – Contrato de Gestão

Em 2016, a movimentação da conta “Projetos a executar – Contrato de Gestão” foi a seguinte:

Saldo em 31/12/2015	Valores recebidos	Captção recursos	Receitas financeiras	Gastos realizados	Transf. aquisições imobilizados e depreciações	Saldo em 31/12/16
12	14.980	881	255	(16.799)	1.407	736

- **captção de recursos:** referem-se aos montantes captados como contrapartida do Contrato de Gestão para a realização dos eventos ao longo do exercício;
- **receitas financeiras:** referem-se ao rendimento bruto das aplicações financeiras dos recursos vinculados que são reconhecidos no ativo em contrapartida ao resultado financeiro, e auferidos ao longo do exercício em projetos em executar;
- **gastos realizados (consumo):** referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos e programas ao longo do exercício.

12. Obrigações com o Estado – imobilizado e intangível

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado e intangível vinculado ao Contrato de Gestão.

O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar no passivo circulante, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida das rubricas de despesa de depreciação e amortização.

Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depr./ amort.	Saldo em 31/03/2016
7.011	64	(311)	(1.352)	5.412

13. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto pelo *superávit/déficit* apurado anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, doações e legados, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio do Governo do Estado de São Paulo, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/1998 e no Decreto Estadual nº 43.493/1998.

14. Salários, encargos e benefícios

	31/12/2016	31/12/2015
Salários	4.314	4.852
Encargos sociais	1.829	1.962
Benefícios	1.716	2.739
Férias e 13º salário	939	1.044
Total de despesas com salários, encargos e benefícios	8.798	10.597

15. Serviços prestados por terceiros

	31/12/2016	31/12/2015
Contabilidade	91	81
Jurídica	142	164
Auditoria	106	35
Conservação/ limpeza	710	707
Portaria	964	608
Vigilância/ segurança	405	1.207
Consultorias e outras	15	10
Total de despesas com serviços prestados por terceiros	2.433	2.812

16. Gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Locação de imóveis	252	232
Uniformes e EPIs	1	17
Viagens e estadias	7	1
Material de consumo e escritório	214	201
Doações de livros	806	617
Despesas diversas	173	216
Total de despesas gerais e administrativas	1.453	1.284

17. Manutenção e conservação

	31/12/2016	31/12/2015
Manutenção predial	303	175
Manutenção de ar-condicionado	22	82
Manutenção de elevador	21	22
Manutenções diversas	73	26
Total de despesas com manutenção e conservação	419	305

18. Programação

	31/12/2016	31/12/2015
Programas permanentes	347	421
Serviços de extensão	58	150
Oficinas	56	64
Cursos	18	10
Eventos	151	188
Seminário Internacional	206	233
Praler	16	28
Publicações	100	138
Pesquisa de qualidade	90	147
Instalações e projeto	8	165
Grupos de estudos	-	29
Prêmio São Paulo de Literatura	87	64
Viagem literária	182	316
Capacitações	103	142
Vídeo institucional	-	3
Comunicação	6	10
Circuito de Cursos e Palestras	3	-
Portal do Siseb	20	-
Projeto Lê no Ninho	2	-
Total de despesas com programação	1.453	2.108

19. Partes relacionadas

A Associação não contratou para a realização de atividades e serviços relativos aos programas e projetos, durante os exercícios de 2016 e 2015, nenhum de seus conselheiros, diretores, empregados, colaboradores habituais, e seus parentes, nem sofreu intervenção da Secretaria da Cultura e demais órgãos do Estado, nessas contratações ou para qualquer outro direcionamento de recursos.

Remuneração dos administradores e benefícios a empregados

Os Administradores da Associação são contratados sob o regime CLT, e remunerados por meio de salários, que estão apresentados na rubrica “despesas com pessoal”, no resultado do exercício. Os valores pagos para os administradores durante o exercício de 2016 foi de R\$ 768 (R\$ 744 em 2015). Não há remuneração, direta ou indireta, de conselheiros, e não há plano de pensão, previdência privada, ou benefício pós-emprego, de rescisão de contrato, ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e empregados.

Adicionalmente, a Associação também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus ou de participações.

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Associação possuía apenas instrumentos financeiros não derivativos que correspondem às aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários mencionados nas Notas Explicativas nº 5.

A Associação não possui instrumentos financeiros não registrados contabilmente, tampouco realizou operações com derivativos financeiros.

21. Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 de 2015, e não possuía quaisquer transações como interveniente garantidora, exceto pelo título de capitalização, mencionado na Nota Explicativa nº 6, utilizado para garantia do aluguel do imóvel utilizado para o SisEB, conforme contrato de locação.

22. Cobertura de seguros

A Administração da Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Demandas judiciais

A Associação é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, em 31 de dezembro tais ações estavam classificadas como risco de perda possível.

Perdas possíveis

A Associação possui ações de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em 31 de dezembro de 2016 essas ações totalizavam R\$215.

24. Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza);
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias;
- PIS (Programa de Integração Social).